

MUSEU DO ÍNDIO
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

REG. 001 197
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
DATA 10.01.97
celia

Rio de Janeiro, 8 de janeiro 1997

Memo nº 2/SEP/MI/97

De: Carlos Perez
À: Chefia do SEP
Ref.: Encaminha relatórios Mura

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data / /
cod MMD00073

Solicito a abertura de processo relativo aos estudos de Identificação e Delimitação das Terras Indígenas Rio Urubu e Paraná do Arauató, elaborados pelo GT/389, de 31 de maio de 1996 e encaminhado em anexo os respectivos relatórios circunstanciados, conforme dispõe a Portaria 14/MJ, de 9 de janeiro de 1996.

Venho ressaltar que os anexos 15 e 17 dos estudos da Terra Indígena Rio Urubu e 12 e 14 da Terra Indígena Paraná do Arauató não se encontram incluídos nos respectivos relatórios. Esses anexos - mapas que registram a localização das antigas malocas nas respectivas Terras Indígenas e os mapas referentes aos limites da Terras Indígenas identificadas pelo Grupo Técnico - estão em elaboração pelo engenheiro Colombo da DAF/FUNAI. Os referidos mapas deverão ser anexados aos relatórios tão logo estejam prontos.

Gostaria ainda de observar que o Memorial Descritivo da Terra Indígena Rio Urubu não está assinado pelo engenheiro agrimensor Sebastião Carlos Baptista, responsável por sua elaboração.

Atenciosamente,

Carlos Alberto Montes Perez
CARLOS ALBERTO MONTES PEREZ
Pesquisador / Museu do Índio
Coordenador GT 389/96

A DIREÇÃO DO M.I
para procedimentos
Mura. Espina G. de K.
SEP/Rio. 09.01.97

AO SA/SAAMP
para abertura de processo.
09.1.97
Aulth.

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA RIO URUBU

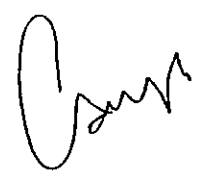
1ª PARTE

DADOS GERAIS

Denominação: Terra Indígena Rio Urubu; **Localização:** Município de Itacoatiara, Estado do Amazonas; **Superfície:** 27.145 ha (Vinte e sete mil cento e quarenta e cinco hectares aproximadamente); **Perímetro:** 93.107 (Noventa e três mil cento e sete metros aproximadamente); **Sociedade Indígena:** Mura; **População:** 374 pessoas; **Delimitação:** Grupo Técnico (GT) Portaria nº 389 de 31 de maio de 1996, **Coordenação:** Carlos Alberto Montes Perez - Pesquisador / Museu do Índio. (Ver anexo 1)

Originariamente Mura, os índios hoje falam apenas a língua portuguesa. Atualmente na área indígena existem quatro aldeias: Taboca, Maquira, Correnteza e Cana além de residências dispersas ao longo da área.

A Terra Indígena Rio Urubu foi incluída na listagem de terras indígenas da FUNAI a serem identificadas, através do Processo nº 0547/94.



002197
003
Felipe

HISTÓRICO

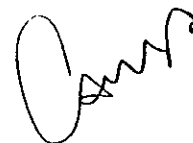
As primeiras notícias sobre os índios Mura estão registradas na carta em que o padre Bartolomeu Rodrigues, da missão jesuíta dos Tupinambaranas, escreveu, em 1714, informando sobre as nações de índios que habitavam o rio Madeira. Segundo ele, os Mura se localizavam entre os Torá e os Unicoré (Leite, 1943:394).

A implantação dos aldeamentos jesuíticos no rio Madeira, na segunda metade do século XVII, desempenhou um papel estratégico na viabilização do projeto colonial português e determinou o desaparecimento e a descaracterização étnico-cultural de diversas nações de índios. A aldeia missionária era um centro de destribalização e de homogeneização cultural, onde os índios transitavam da condição de índios específicos com sua própria língua à condição de índios genéricos cada vez menos distinguíveis pela língua que falavam. Esse processo de transformação deu origem a uma categoria conhecida como **tapuios**, ou seja, índios privados de identidade étnica.

De acordo com a antropóloga Marta Amoroso, a missão jesuíta representava o marco de uma urbanidade incipiente, que se instalava na floresta distinguindo o espaço da selva indomada daquele das relações organizadas e produtivas e que estavam vinculadas ao mercantilismo. Para a missão, os índios eram classificados de acordo com a utilidade de sua força de trabalho. Os domesticáveis e potencialmente produtivos eram submetidos ao sistema econômico das missões e aos índios irredutíveis, que não se enquadravam nesse sistema, era reservada a aplicação da guerra justa (Amoroso, 1991:19-20).

O interesse das missões não se relacionava apenas à conversão dos índios ao Evangelho. As missões eram unidades produtivas e, ao lado do total controle que exerciam sobre os índios, os padres detinham também o monopólio de todas as operações de produção, transporte e venda dos bens comerciáveis. O rio Madeira, habitado por muitas nações de índios, era particularmente visado pelos missionários jesuítas. Para o padre João Felipe Betendorf, "os portugueses frequentavam aquele rio porquanto há muita abundancia de cacoeiros por elle, os quais dão o melhor cacao que há em o estado todo, por ser mais doce e mais grosso que das outras partes" (Betendorf *apud* Amoroso, 1991:41).

Para os missionários tornava-se imprescindível "descer" os gentios de seus matos e organizá-los economicamente para a coleta do cacau e para o desenvolvimento dos povoados. Assim, um missionário jesuíta fez um acordo com os Mura para que fossem viver na missão localizada no rio Juary, afluente do rio Madeira. Para convencê-los, o missionário prometeu-lhes víveres, panos e ferramentas para os vestir e sustentá-los até que tivessem suas roças. Contudo, um comerciante português teve conhecimento desse acordo, preparou uma grande barca e foi até a aldeia Mura fazendo-se passar por enviado do missionário, que



os mandava buscar, pois já havia preparado roças, casas e pano. Os Mura acharam estranho, já que o missionário não poderia ter pronto os víveres e farinhas para comerem. No entanto, o comerciante conseguiu persuadi-los, fazendo embarcar tantos quantos couberam na barca, e ao invés de enviá-los à missão, vendeu-os como escravos, "grandes e pequenos, homens e mulheres, de que trazia abundância, mancebos e velhos". Os demais Mura, que aguardavam notícias sobre como seus parentes haviam sido recebidos na missão, revoltaram-se ao saber que todos tinham sido feito escravos e passaram a devotar "ódio entranhável aos brancos, a que estes mesmos deram muita causa" (Daniel, 1975:264-265).

Esse incidente marca o início da resistência Mura ao avanço do sistema colonial e a partir dele os Mura passam a atacar as missões "matando os seus melhores índios pescadores e brancos lavradores com destreza e velocidade de raio" (Anônimo *apud* Moreira Neto, 1988:250). Os Mura tornam-se então conhecidos como "gentios de corço", índios que permaneciam afastados dos povoados e representavam uma constante ameaça aos empreendimentos coloniais, saqueando e roubando as aldeias de índios domesticados e as embarcações.

Diante dos ataques e das mortes cometidos pelos Mura, a Companhia de Jesus iniciou um processo-crime contra esses índios, conhecido como "Os autos da devassa contra os índios Mura" (1738-39). As denúncias apresentadas pelo padre José de Souza afirmavam que os Mura estavam provocando muitas desordens, que haviam matado muitos índios remeiros das canoas que iam ao Madeira para a colheita do cacau. Havia matado também um homem branco e tinham atacado a aldeia jesuítica de Santo Antonio, saqueando todos os seus bens, roubando inclusive duas canoas possantes, com as quais estavam praticando muitas insolências por aqueles sertões (Amoroso, 1992:300).

Desde o começo, o processo-crime foi forjado e muitas testemunhas, que tinham interesses na coleta e comercialização do cacau e que jamais haviam estado no rio Madeira, deram depoimentos falsos incriminando os Mura. A finalidade da denúncia tinha por objetivo obter da Coroa a legalização da guerra contra o grupo indígena. As frotas anuais de barcos enviadas pelos jesuítas ao rio Madeira para a coleta do cacau precisavam ser protegidas dos ataques cometidos pelos Mura. A Junta das Missões no entanto não aprovou a guerra, alegando que as testemunhas e a Companhia de Jesus depunham em causa própria, já que eram interessadas nos negócios do cacau.

A descoberta das minas de ouro em Mato Grosso, em meados da segunda metade do século XVIII, intensificou o movimento de barcos pelo rio Madeira e colocou os Mura frente a frente com os portugueses. Nesses confrontos os Mura conheceram o poder das armas de fogo que lhes causou muitas mortes "O sargento mór João de Souza, o primeiro a conduzir pelo rio Madeira um comboio de canoas do Pará ao Mato-Grosso, teve com este gentio encontros renhidos cara á cara, de que ha memoria, e que estes gentios nunca poderão incetar pela desigualdade das armas. Apesar do esforço de milhares dos combatentes nada

fizerão, antes fez nelles, com os bacamartes, e arcabuzes de que ia munido, horrorosa matança que os escarmentou" (Anônimo *apud* Moreira Neto, 1988:250).

Desse incidente em diante os Mura nunca mais enfrentaram os portugueses abertamente e passaram a usar o conhecimento que tinham de seu meio ambiente para surpreender os barcos que navegavam pelo rio Madeira. Conforme o Ouvidor Sampaio, "as terras do madeira são muito fertéis. O cacao lhe he naturalíssimo. As arvores delle se estão vendo à margem em grande numero, e muito frondozas. He porem assaltado do Múra, gentio de corço, e que somente vive de caça, pesca e frutas do mato. Accomete sempre a seu salvo, fazendo emboscadas, principalmente nas pontas da terra, em que costuma haver correntezas; porque enquanto as canoas trabalham a passalas, de cima despedem uma multidão de flechas. Os seus arcos excedem a altura de hum homem. As pontas das flechas são guarnecidas de largas tacoaras, isto he, pedaços de uma cana rija chamada tabóca, largos de quatro dedos, e compridos palmo e meio, com huma agudissima ponta que penetra muito, e faz mortaes golpes" (Sampaio, 1985:26-27).

A nova estratégia de ataques dos Mura levou pânico às embarcações e às vilas, mobilizando todo o esforço da repressão colonial, que enviava tropas a todas as localidades onde havia registros de seus ataques. " Há memória, que no sitio dos Guatazes (Autazes) huma divisão desta tropa surpreendera uma maloca as seis horas da tarde deitando-lhe uma linha de cerco por mar, e por terra. Os homens rompendo a linha fugirão: as mulheres com suas crianças, e todos os rapazes e raparigas lançarão-se ao mar querendo ganhar uma ilha fronteira, em tempo, que ahi ainda não tinham chegado as canoas, morrerão todos afogados em numero de trezentos e tantos (Anônimo *apud* Moreira Neto, 1988:251).

Por volta de 1750, as tropas de resgate e as missões já haviam despovoado e desocupado as regiões próximas das margens dos rios do baixo e médio Amazonas e os Mura, que não haviam se submetido, iniciaram um processo de expansão territorial e crescimento demográfico, aproveitando-se dos espaços vazios criados pelos descimentos e pelo contágio das doenças que dizimavam nações inteiras como os Tupinambá e os Tapajó. No rio Tefé, onde havia salsaparrilha, navegava a nação Mura, já que as nações que o habitavam anteriormente haviam sido desterradas (Sampaio, 1985:45) (Ver anexo 2).

O Ouvidor e Intendente Geral da Capitania de São João do Rio Negro, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, pôde testemunhar as condições de vida e o futuro que estava reservado para as nações de índios que eram transferidas para os aldeamentos missionários. Ao passar por Arvelos, registrou que "tem tido esta povoação augmento em varios descimentos; mas no anno presente tinha padecido grave diminuição, por causa do contágio das bexigas, morrendo delle muitos Indios, e desertando outros para os matos, como costumão nessas ocasiões". Em Nogueira, constatou que "nesta povoação houve no presente anno não pequena diminuição, por causa das bexigas. Com tudo ella se conserva em bom estado pelos descimentos que tem tido" (Sampaio, 1985:156-157).

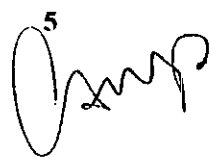
Para o jesuíta João Lucio de Azevedo, o processo de extermínio demográfico e esvaziamento da presença indígena na Amazônia era evidente: "Das aldeias, que as margens do Amazonas ofereciam à vista do seu primeiro descobridor, talvez nem uma só povoação moderna lhes marque o lugar. As cento e cinquenta tribus, que então existiam nessas paragens, desapareceram todas. A raça experimentou é certo a transformação devida aos cruzamentos, mas o extermínio foi a razão principal que a sumiu" (Azeredo *apud* Moreira Neto, 1988:18).

Os Mura nunca fixavam seus aldeamentos muito para o interior das terras e, mesmo no período de maior expansão, sempre procuravam as várzeas do Amazonas, do Solimões, do rio Negro, do Japurá e de seus tributários. O primordial era assegurar a capacidade de deslocamento em suas canoas, que os conduziam às áreas onde estabeleciam suas moradias e aos lugares onde a caça e a pesca eram mais abundantes.

Segundo o naturalista Henry Walter Bates, os "Mura se tornaram uma tribo de pescadores nômades, que desconhecem a agricultura e todas as artes praticadas por seus vizinhos. Não constroem moradias sólidas e duradouras: vivem em grupos familiares isolados ou em pequenos bandos, errando de um lugar para outro ao longo das margens dos rios e das lagoas onde há mais abundância de peixes e de tartarugas. Em cada lugar onde param temporariamente, eles constroem choças provisórias à beira da água, mudando-se mais para cima ou para baixo do barranco à medida que a água sobe ou desce" (Bates, 1840:129-130).

A facilidade com que os Mura se deslocavam por entre os rios da Amazônia foi registrada pelo comandante de Santo Antonio do Maripi. "Indagando com individuação qual fosse a primeira, e principal habitação d'este gentio, me figuraram, que sendo o seu costume viverem de curso, tinham contudo a sua assemblêa geral na margem septentrional do Beni, em toda a extensão da parte d'aquelle rio, que corre com o nome de Madeira, sendo a paragem do seu maior ajuntamento no celebre lago, que quasi na foz d'aquelle rio se encontra com o nome de Guatazes, o qual por um furo, ou furos se communica com o Solimões para baixo do Purus na parte meridional do mesmo Solimões: Que sendo por aquella margem do Madeira o seu império, e antiga habitação, della sahiram a difundir-se, primeiro pelas margens do Madeira, e descendo à antiga povoação dos Abacaxis, mataram, e prisionaram muitas d'ella: Que depois tendo sahido a algumas canôas, que viajavam aquelle rio, entraram a fazer presas e mortes e que passando depois para o Solimões, principiaram a infestar aquelle rio, atravessando dos Guatazes já dito para o lago Piuinuri, na margem septentrional do Solimões (Noticia, 1873:343).

A expansão territorial dos Mura levou-os a ocupar o rio Urubu por volta da segunda metade do século XVIII. Nessa época o rio Urubu já se encontrava muito despovoado em virtude das guerras de extermínio impostas pela Coroa aos índios Caboquenas e Guanavenas. Esses índios reagiram à expedição enviada ao rio Urubu em 1662 para executar descimentos e resgates. O comandante da

5


expedição, o sargento Antonio Arnaud Villela, foi morto e para vingá-lo o Governador Rui Vaz de Siqueira enviou, em 1664, uma expedição punitiva comandada por Pedro da Costa Favella. Ao fim de dois meses de muitos enfrentamentos, o saldo para os índios foi trágico: setecentos foram mortos, quatrocentos aprisionados e trezentas malocas incendiadas (Rodrigues, 1875:6).

A primeira evidência da ocupação do rio Urubu pelos Mura encontra-se no mapa elaborado pela Quarta Comissão de Fronteiras que percorreu o rio Urubu em 1787. As comissões de fronteira foram criadas em virtude da assinatura do Tratado de Madri, em 1750, e tinham por finalidade estabelecer os limites das fronteiras entre Portugal e Espanha. A Quarta Comissão identificou a existência de diversas taperas de índios ao longo do rio Urubu, em lugares que são descritos pelos Mura como áreas de ocupação tradicional (Ver anexo 3).

De acordo com o naturalista inglês Bates, que viveu no Amazonas entre 1848 e 1859, o " Urubú é rio extenso e quasi desconhecido, vindo do interior da Guiana. Disseme nosso hospedeiro que o Urubú apresentava, em certos trechos, vastas extensões de águas límpidas e escuras, de quasi uma légua de largura, e que é orlado por terra ondulada, em parte coberta por matas, em parte de campos. Encontram-se em suas margens alvas enseadas arenosas, habitadas apenas por algumas famílias de Mura selvagens" (Bates, 1840:347).

As maiores evidências da ocupação do rio Urubu pelos índios Mura encontram-se no relato da viagem que João Barbosa Rodrigues fez ao rio Urubu em 1875. A vida, costumes, moradias e onde se localizavam as malocas dos Mura indicam claramente que o rio Urubu, as terras que o margeiam e todo o sistema de águas ao qual se relaciona, com inumeráveis igarapés e matas de igapós, são tradicionalmente área de ocupação Mura (Ver anexo 4).

Num determinado momento de sua viagem, o barco de Barbosa Rodrigues saiu do rio Urubu e entrou pela boca do igarapé Castanhal. Nesse lugar encontrou uma maloca de índios Mura semi-civilizados que fugiram para o mato mas foram trazidos pelos guardas que o acompanhavam. O tuchaua estava com alguns homens e mulheres e as mulheres tinham o corpo pintado de vermelho com tinta de urucum. As choupanas eram quatro esteios mal cobertos de palha onde redes em que dormiam, de fios de algodão de seis palmos de comprimento por quatro de largura, estavam suspensas.

Ao entrar no Paraná do Arauató, Barbosa Rodrigues avistou algumas canoas de índios Mura, que estavam pintados de vermelho e se afastavam pela força dos remos, fugindo ao contato. No rio Anibá, o maior afluente do Urubu, encontrou vestígios de uma antiga maloca dos gentios Mura. Acima da tauaquera Dapaturu uma grande maloca de índios Mura havia existido até recentemente. Eram comandados pelo Diretor de Índios e começavam a cultivar a terra. Nesse local havia também uma sepultura Mura.

Prosseguindo sua viagem, Barbosa Rodrigues chegou à foz do igarapé "Çangáua"-Sangal-, local onde existiu uma maloca Mura. Este relato coincide com o depoimento que ouvi dos próprios Mura do Urubu, para os quais o nome Sangal se refere aos acontecimentos em que os Mura se revoltaram contra os maus-tratos que recebiam de dois missionários, a quem mataram e, após incendiarem sua casa, fugiram para o mato.

Duas horas após ter passado o igarapé Sangal, Barbosa Rodrigues ouviu vozes humanas e golpes de machado que vinham de uma ilha onde chegou após atravessar vários canais. Nesse lugar encontrou um Mura que se expressou na língua geral e disse que todos os outros haviam fugido com o tuchaua. Estavam derrubando a mata para fazer roça e ali próximo no furo chamado Caña, tinham duas malocas.

Barbosa Rodrigues manifestou ao índio Mura que encontrara desejo de conhecer as duas malocas e, ao se dirigir para o Caña, uma ubá comandada pelo tuchaua com oito homens ultrapassou o barco e, ao chegar próximo à maloca, o tuchaua alertou a todos por meio de assobios. Das choupanas saíram homens e mulheres que fugiram em direção ao mato, ficando apenas algumas velhas e meia dúzia de homens. As mulheres falavam apenas a "gíria" e os homens mal sabiam se expressar na língua geral e no português.

Esta maloca, chamada pelos Mura de Correnteza, estava situada numa ilha comprida e muito elevada, separada por um estreito canal das terras que se estendem ao Amazonas. Tinha a frente para leste e era composta de umas dez choupanas, separadas umas das outras sem regularidade. Cultivavam apenas a mandioca, criavam algumas galinhas, mas a base de sua subsistência era a pesca.

Para Barbosa Rodrigues, os Mura eram uma tribo nômade e raras vezes edificavam; viviam pelos igapós, dormindo nas suas ubás, ou nas pequenas redes que eram presas facilmente aos galhos de qualquer árvore. Os homens costumavam furar o lábio superior de ambos os lados e o inferior no meio, onde enfiavam pequenos roletes de pau, ossos de animais ou espinhas de peixe, e as mulheres, sempre nuas, tingiam-se com tinta de urucum. Ao descrevê-los fisicamente, Barbosa Rodrigues indica que os Mura estavam se miscigenando com os negros pois os "cabellos crespos, barba cerrada e crespa, quasi que geralmente, nos mostra que essa tribo desde tempos immemoriaes, tem servido de refugio a desertores e pretos fugidos, e que com o cruzamento destes, tem resultado as modificações do typo primitivo (Rodrigues, 1875:24).

Barbosa Rodrigues afirma que, devido à continua guerra que faziam contra todos os que navegavam o Amazonas e pelos freqüentes assaltos que davam às aldeias de Saracá e Itacoatiara, mais tarde vilas de Silves e de Serpa, respectivamente, os Mura sofreram diversas expedições militares enviadas pelos governadores do Pará e rio Negro o que acentuou a sua animosidade. "Destas expedições nasceu o ódio de morte que votam aos brancos, que de geração em

geração tem passado até nossos dias, fazendo com que evitem e fujam do homem; que lhes prestem serviço algum, e vingam-se sempre que podem" (Rodrigues, 1875:23).

O processo de expansão territorial dos Mura coincide com o desenvolvimento de um conjunto de fatos históricos, transcorridos no período compreendido pelos anos de 1750-1850 e cuja principal resultante foi a mudança radical do caráter étnico-cultural da Amazônia, com a diminuição drástica do número de índios tribais e destribalizados. Moreira Neto enumera cronologicamente estes acontecimentos: a epidemia de sarampo de 1748-1749; a reforma pombalina e expulsão dos jesuítas; a falência do indigenismo oficial; a escravização e as guerras ofensivas do Governo de D. João VI; a cabanagem e a repressão que se seguiu com o extermínio de tapuios, índios e mestiços; a decadência das vilas e lugares tradicionais; as expedições punitivas e os descimentos de índios para as frentes de trabalho nos principais centros da região; o abandono pelos índios de seus territórios tradicionais e fugas para áreas de difícil acesso; a ineficácia da política indigenista de 1845; a lei de Terras de 1850, que institucionalizou o regime da grande propriedade privada à custa dos territórios ocupados tradicionalmente por índios e caboclos (Moreira Neto, 1988:21).

Celia
A expansão territorial e [?] militar dos Mura atingiu seu clímax em 1774 e os vilarejos de neo-brasileiros demandavam o seu extermínio como única alternativa capaz de evitar o colapso da ocupação do Amazonas. O ouvidor Sampaio, em sua viagem à Capitania de S. José do Rio Negro em 1774-1775, registrou ataques dos Mura em Silves, Borba, Autaz, Uaquiri, Manacapuru, rio Purús, Codajaz, Mamiá, rio Coary, Catuá, rio Caiamé, rio Tefé, Capucá, Yauató, Fonte Boa, rio Japurá, Amaná, Manaus, rio Jaú, rio Uinini e Carvoeiro. Em todos esses lugares o medo de novos ataques Mura impedia o desenvolvimento da agricultura. A vila de Borba, antes denominada aldeia do Trocano, havia mudado de localização por três vezes devido aos ataques dos Mura e na Fortaleza da Barra no rio Negro. "Os Mura infestão as suas visinhanças, pelo que he perigosa a passagem para a margem opposta, que sendo as terras mais ferteis, ficam sem cultura por causa dáquelle gentio" (Sampaio, 1985:101).

Sampaio, 14 dias após deixar a vila de Borba, queixa-se da falta de povoamentos que favoreceriam a navegação e o comércio e da monotonia da paisagem, onde somente se via "água, terra e irracionais". Seu ressentimento volta-se contra os Mura, responsabilizados pelo estado de decadência dos povoados para o qual "só pode achar remedio na inteira destruição do gentio Múra, que impede os estabelecimentos naquellas terras, aliás fertilissimas" (Sampaio, 1985:36).

Em 1781, o militar Henrique Wilkens, membro da Quarta Comissão de Fronteiras, esteve no rio Japurá para fazer levantamentos cartográficos e, na boca do igarapé Jauí, encontrou dois índios da nação Tareira que tinham fugido dos Mura e lhe relataram que estes estavam na boca do rio Juani onde "matarão cinco pessoas e que forão empregados os homens prisioneiros em fazer grandes feixes de flexas, cuja tarefa se não a acabavão lhes davão pancadas, e que estes se

preparação para entrar no rio Ticami onde pretendiam extirpar a nação dos Jupiças, e sair depois ao rio Iça e Solimões a matar como dizião, todos os brancos e índios que achassem no negócio, e que logo incorporados com uma partida da sua nação passarão ás povoações e roças de Alvarães, Nogueira e Ega, a matar os brancos e Índios moradores, rezervando os rapazes e raparigas para seus escravos, a cujo fim obrigarão os índios prisioneiros a fazer farinhas e bejû recommendando aos índios que trabalharão nas flexas as fizessem que não quebrassem" (Amoroso, 1994:25).

Henrique Wilkens, ao tomar conhecimento dos planos de ataque dos Mura, lhes deu combate. Quando "se soube com certeza pela relação das índias que os Mura intentarão assaltar o lugar de Santo Antonio no dia 16, para que tinham muita farinha, canoas furtadas, e flexas que tudo se lhe destruiu e quebrou, e se deu morte a 12 ou 14 Mura" (Amoroso, 1994:23).

Acosados pelas freqüentes expedições punitivas, um grupo de cinco Mura, em 1784, comandados por seu tuxaua, o índio "murificado" Ambrosio, celebrou o acordo que ficou conhecido como "voluntária redução de paz" com os portugueses na localidade de Santo Antônio do Maripi, situada no baixo Japurá. O índio Ambrosio demonstrava que os Mura estavam dispostos a cessar suas hostilidades e se comprometiam a fornecer produtos do sertão. Logo diversos outros Mura apresentaram-se em lugares como Tefé, Alvarães e Borba e, por volta de 1786, os Mura diziam-se estar em estado de paz.

Três teriam sido as razões principais para que os Mura propusessem a paz e estariam relacionadas ao virtual enfraquecimento de sua posição guerreira: a elevada mortalidade provocada pelas epidemias e pelas guerras que lhes movia o sistema colonial; a adoção de hábitos alheios a sua cultura - introduzidos por índios já civilizados e cristianizados que se "murificavam", adotando o estilo de vida Mura para fugir a morte certa que os aguardava nos aldeamentos e vilarejos coloniais; os ataques dos Mundurucu que passaram a atacar os Mura após se estabelecerem no rio Madeira. De acordo com Southey, o bispo do Pará em visita à cidade de Borba em 1788, encontrou mais de mil Mura que haviam se mudado para lá por temerem os ataques dos Mundurucu (Southey, 1862:551).

Após a redução voluntária de paz de 1784, diversos descimentos de índios Mura, que viviam nos rios Negro, Juruá e Madeira, foram realizados e, para abrigá-los, foram fundados os aldeamentos de Imaripi, Manacapuru, Piaurini, Mamiá, Guatazes, Ayrão e Piraquequara. Aos diretores desses aldeamentos foi determinado que fizessem censos para se saber efetivamente quantos Mura estavam morando nas aldeias. No entanto, conforme se depreende da carta do Diretor da Villa de Santo Antônio de Borba de 1788, não era possível saber ao certo quantos Mura viviam aldeados "porquanto dos referidos Muras senão acha aqui grande quantidade, pois forão muitos para os lagos apanhar tartarugas e peixes boys, para seu sustento e outros para os matos ás castanhas, levando consigo suas mulheres e filhos como tem sempre de costume" (Amoroso, 1994:54).

Ao tempo de sua pacificação, a população Mura foi estimada em 60.000 almas (Moreira Neto, 1988:107). A suposição era de que, se estavam dispersos por uma área tão grande, deveriam ter sua população homoganeamente distribuída. Para Moreira Neto essa estimativa não parece exagerada, considerando-se o imenso território que ocuparam. Amoroso, no entanto, destaca ser necessário fazer uma revisão dessa estimativa, na medida em que a vasta área identificada como território Mura, no século XVIII, não correspondeu a um espaço de ocupação contínua e permanente. A morfologia social Mura seria caracterizada por pequenos grupos que circulavam por vários ambientes, tirando proveito das variações das estações da chuva e da seca. Acrescente-se ainda o fato de que os Mura agregavam pela guerra ou pela adoção pacífica outras etnias em sua sociedade, sendo portanto necessário levar em conta, no dimensionamento da população e do território Mura, a prática da "murificação" (Amoroso, 1994:11-13).

De acordo com os números apresentados pelo Presidente da Província do Amazonas, Albuquerque de Lacerda, em seu relatório de 1864, os Mura não seriam mais do que 3.000 indivíduos. Já em 1926, Nimuendaju identificou 1.390 índios Mura ocupando 26 malocas nos rios Madeira, Autaz e Urubu (Nimuendaju, 1948:257).

Para o Capitão-Tenente Lourenço Amazonas, a oportunidade histórica criada pela redução voluntária de paz dos Mura foi perdida. Segundo ele, os Mura eram úteis aos povoamentos pois, prestavam-se à extração das drogas, à pesca do pirarucu e da tartaruga e à guarnição das embarcações e " talvez estivessem hoje bem moralizados, se não fora o total abandono do paiz, que se seguiu á inapreciavel circunstancia daquela submissão". Os Mura resistiam a se unir às vilas com medo de serem escravizados como os demais índios e por isso mantinham seu estilo de vida tradicional, "morão nas canoas, aportão as margens dos igarapes, lagos, para a pesca e colheita de frutos espontaneos, os quaes ultimados, mudão-se para onde melhor e mais abundante se lhes proporcione. A estes recursos ajuntão o do roubo, tanto nas embarcações, como nas plantações, sempre que o podem fazer impunemente; não plantão, mas ninguem tão habil para colher" (Amazonas, 1852:89).

O tratamento opressivo dispensado aos índios com a continuidade da política de descimentos, de trabalhos forçados e das expedições punitivas, criou as condições para a eclosão do movimento que ficou conhecido como a revolta da Cabanagem. A Cabanagem, que contou com a participação dos Mura ao lado dos revoltosos aterrorizou os setores dominantes do Amazonas nos anos de 1836-40 e causou cerca de 30.000 mortos, o equivalente a 1/5 da população total da Província do Amazonas (Hemming, 1978:237). Um dos feitos mais espetaculares dos Mura foi a derrota e morte que impuseram a Ambrosio Pedro Ayres Bararoá, líder da expedição punitiva aos pontos cabanos no lago dos Autazes: "o comandante do rio Negro Ambrosio Pedro Ayres, ao passar entre duas ilhas foi atacado por sete canoas de rebeldes, a maior parte Mura, e defendendo-se até quase noite, tentou salvar-se em terra; mas foi agarrado e morto cruelmente"

(Moreira Neto, 1988:109). A participação na revolta da Cabanagem rendeu aos Mura um novo período de represálias, o que levou a um novo declínio demográfico.

A continuidade das condições de opressão impostas aos Mura foi registrada pelo Serviço de Proteção aos Índios em 1912. De acordo com o funcionário Domingos Leal, os Mura estavam sendo explorados pelos moradores de Autaz "como provão exuberantemente os múltiplos e extensos campos de criação e roças, que a custa dos trabalhos dos Mura, fizeram e fazem os moradores civilizados do Autaz. O despotismo é exercido por todos quantos exploram os serviços dos Mura. A prostituição é fomentada em larga e funesta escala, por aqueles que se dizem civilizados. O Diretor dos Mura, nomeado pelo governo do Estado, tinha por costume, não só deflorar as meninas como ainda obrigava as moças á pratica de orgias, com todos aqueles que o quizessem e pedissem licença ao diretor" (SPI, 9/12/1912 - Ver anexo 5).

Para o SPI estava em curso um violento processo de espoliação das terras indígenas "Data de muitos annos a pratica de individuos que procuram o caminho mais rapido para a conquista da fortuna illicita, requerendo a demarcação de antigas posses habitadas e cultivadas pelos selvicolas, no interior do Estado". Os usurpadores das terras indígenas quando não invadem os aldeamentos, para a exploração de castanha, obrigando os selvicolas a uma retirada penosa e desumana, requerem a medição e demarcação das ditas terras, para obtenção do respectivo titulo de propriedade, dando a ellas, quasi sempre, denominações imaginarias, nos taes requerimentos, com o fim de não despertar a atenção do SPI" (SPI, 1/07/1925 - Ver anexo 6).

A violência e o emprego de forças policiais foram utilizados como meios de intimidação para expulsar os Mura de suas terras: "no Paraná do Madeirinha foi procurado por quatro índios Mura que vinham fugidos de sua aldeia, localizada nas imediações do lugar conhecido como Vista Alegre, e a causa de sua fuga eram as ameaças de um empregado de Vista Alegre que com dois praças do exercito, andava difundindo o panico nas aldeias confinantes com o fim de desloca-los de suas terras, habitadas e cultivadas desde longos anos e, por esse modo, facilitar a sua demarcação em proveito do requerente Luiz José Soares. No Lago do Arary, os praças do exercito prenderam dois Mura, um dos quais foi espancado na cidade de Borba" (SPI, 21/10/1925 - Ver anexo 7).

A ação do SPI, destinada a identificar e demarcar as posses indígenas, passou a ser responsabilizada pela inviabilização do desenvolvimento econômico, o que implicava graves perdas para o Estado "causa admiração ver-se que os rios Canumã, Abacaxys e Marimary, que nos aureos tempos da borracha eram prosperas zonas, concorrendo com grande coeficiente de rendas para o Estado, se vejam hoje reduzidas a simples condição de malocas de índios" (Comissão de Inquérito 1, 1931:14).

Assim, de modo a frear a atuação do SPI e impedir a legalização das terras indígenas, foi nomeada pelo Interventor Federal no Estado do Amazonas, em 1931, uma Comissão de Inquérito para investigar a atuação do órgão indigenista. A justificativa para a criação da Comissão de Inquérito se baseava na denúncia de que o SPI, em sua ação de identificação e demarcação das terras indígenas, estava criando conflitos de terras: "A Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios no Amazonas criando por todos os rios do interior, notadamente nos municípios de Itacoatiara e Borba, postos e aldeamentos indígenas, tem dado causa a inúmeras reclamações e conflitos, principalmente na época da colheita da castanha" (Comissão de Inquérito, 1, 1931:28).

A Comissão de Inquérito encaminhou como procedimento de ação um questionário em que solicitava aos prefeitos, juizes e autoridades do interior, informações sobre a existência de tribos, hordas ou aldeamentos de "verdadeiros silvícolas", reconhecidos como tais nos termos da legislação vigente e código civil; onde estavam situados e sua localização precisa; se existiam agrupamentos regularmente constituídos e instalados pela inspeção de índios e qual era sua situação e estado e se, de acordo com o artigo 1º do decreto 5487 de 27 de junho de 1928, havia sido celebrado entre os governos federal e estadual algum contrato de cessão de terras para localização de índios sob qualquer fundamento e se as disposições desse artigo e seus parágrafos haviam sido cumpridas.

O objetivo da Comissão era claro. Pretendia-se desqualificar etnicamente os índios e assim impedir que seus direitos sobre as terras que ocupavam tradicionalmente fossem reconhecidos, liberando-as para a exploração econômica: "com toda essa ocupação de terras pela Inspeção de Índios quasi sempre violenta com pretexto de localizar índios, quasi sempre individuos aos quaes bem se pode aplicar os conceitos de direito comum" (Comissão de Inquérito, 1, 1931:15).

A vida nômade dos Mura contrariava o conceito de ocupação da terra. Segundo a visão das autoridades de governo, a efetiva ocupação da terra requeria o aldeamento fixo. A manutenção da circulação espacial dos Mura por entre os vários ambientes encontrados em seu território, e em conformidade com as estações de chuva e de seca, não era aceito pela Comissão de Inquérito que qualificava esses deslocamentos como invasões: "nos rios Marimary, Autaz, Abacaxys e outros, as questões de terras avultam constantemente. As invasões pelos índios dessa região, se repetem anualmente na ocasião da colheita da castanha, quando são criados aldeamentos nos castanhaes e a Inspeção e seus delegados nesses dominios não reconhece outro portador de direito senão os seus índios" (Comissão de Inquérito, 1, 1931:52).

Os Mura, com sua população já muito reduzida pelas doenças e pelas guerras travadas com a sociedade envolvente, não podiam mais ser considerados como índios, pois falavam a língua nacional e em nada se diferenciavam de simples caboclos. Teriam se transformado pela força dos cruzamentos e, portanto, não teriam direito às terras em que tradicionalmente viviam, pois isso implicava que os

"legítimos proprietários" (os que delas haviam se apossado ou pretendiam apossar-se) não poderiam explorá-las e as prefeituras perderiam muita arrecadação.

Para a população regional que estava se apropriando das áreas de ocupação tradicional Mura, eles não podiam ser considerados como índios pois quase todos falavam o português e apenas alguns velhos ainda falavam a "gíria" que os mais novos já não compreendiam. Segundo seus depoimentos, na região do Autaz somente "alguns mais velhos, dos poucos que existem civilizados talvez ha mais de 30 anos, ainda falam a gíria entre si, que os proprios filhos já não entendem"; "que apesar de conhecer todos os rios desta região nunca chegou a ver índios selvagens em parte alguma e somente conhece descendente de índios Muras que falam o portugues e cada qual tem o seu logar"; "mas não conhece, nem lhe consta que haja verdadeiros silvicolos em qualquer parte desta zona do Autaz, pois todos os descendentes de índios que moram nessa região ja são civilizados de ha muito tempo e muitos deles sabem ler e escrever"; "que ha quarenta anos conheceu os muras que viviam em malocas nos lagos do Sampaio, do Miguel e da Josepha, cujos índios só os velhos ainda naquele tempo so falavam a gíria mas hoje só há índios cruzados que vivem civilizados e so falam o português" (Comissão de Inquérito 2, 1931:220, 223, 235, 240).

Miguel e
Josefa

Cabe assinalar que esse momento é crucial na história dos Mura. Os últimos falantes da língua nativa estão muito idosos e seu conhecimento não está sendo transmitido às gerações mais novas, configurando-se uma perda irreparável para a cultura e a identidade étnica desse povo. Para Nimuendaju, nos anos 20, muitos grupos de índios Mura não falavam mais a língua nativa e aqueles que ainda a falavam já estavam muito velhos e sua morte representou a extinção da língua Mura (Nimuendaju, 1948:257).

Convém, todavia, considerar os depoimentos dos moradores do Autaz que descaracterizaram os Mura como índios por não falarem mais sua língua nativa, à luz do processo histórico a que os grupos indígenas de contato mais prolongado com a população neobrasileira foram submetidos. A imposição da língua geral pelos missionários jesuítas e, posteriormente, a obrigatoriedade do idioma português, de acordo com o Diretório dos Índios de 1757, conformaram um quadro deliberado de desfiguração étnica e biológica das populações indígenas. Para Portugal interessava ampliar o número de falantes do português de modo a garantir o domínio do território colonial do Brasil em suas disputas com a Espanha.

Diante desse "processo civilizatório" que, em última instância, oferecia apenas o extermínio, aos Mura não restou outra alternativa senão a resistência e a guerra que por quase um século empreenderam contra o sistema colonial. Essa resistência contudo cobrou um alto preço para os Mura que viram sua população ser severamente reduzida, sendo então forçados a se "integrar" à sociedade regional. Essa "integração" forçada resultou na perda de algumas das características culturais que distinguiam os Mura dos demais grupos étnicos. O

Celia

avanço da frente de expansão extrativista sobre os territórios tradicionalmente habitados pelos Mura representava mais uma ameaça que não lhes reconhecia o direito de permanecer em suas terras.

A posição do Prefeito de Borba, Sérgio Pessoa Filho, expressa em documento encaminhado à Comissão de Inquérito, deixava claro que a ação do SPI era intolerável: "graves prejuízos que dá aos cofres públicos a Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios neste Estado com a usurpação de vastíssimos lotes de terras pegados de castanhaes, aos quaes fez demarcar, proibindo, até o trafego de certos rios em que estão situados alguns deles" (Comissão de Inquérito 1,1931:323).

O Prefeito de Borba, contudo, não se mostrava "completamente indiferente" ao destino dos índios: "não sou, entretanto, dos que pensam que os nossos íncola fiquem abandonados. Mande o governo dar-lhes pequenos lotes de terras, demarque-os, localize-os, ensine-os a trabalhar, forneça-lhes auxílios necessários, ministre-lhes instrução e terá prestado á população indígena grande e relevante serviço", dizia ele (Comissão de Inquérito ,1,1931:330).

As conclusões dessa Comissão de Inquérito na Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios indicaram "que segundo se deduz de todos os inquéritos, relatórios, informações e ofícios, até mesmo de alguns delegados de índios, é que na região dos municípios de Manaós, Itacoatiara, Borba e Manicoré, não existem índios e que os indivíduos como tal qualificados são typos civilizados que se utilizam dos favores da Inspeção (títulos de índios) para gozarem da impunidade que as leis dispensam aos verdadeiros índios" (Comissão de Inquérito ,1,1931:36).

A conseqüência desse processo determinou que a base geográfica e ambiental, necessária para a definição dos territórios essenciais à sobrevivência dos índios Mura, não fosse considerada e apenas pequenos lotes de terras foram demarcados. A fragmentação e a descontinuidade desses lotes não permitiram que os Mura tivessem condições de operar o seu sistema social baseado no aproveitamento dos recursos das várzeas, das matas de igapó, das faixas de terra preta de índio, dos lagos e igarapés. Diante dessa situação, o sistema social tradicional Mura tornou-se crescentemente inviabilizado.

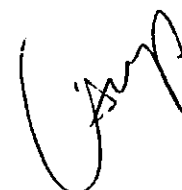
A fixação dos índios Mura em pequenos lotes de terra contrariava frontalmente seus hábitos e costumes de manejo do meio ambiente. Conforme já foi caracterizado, os Mura tinham se especializado no aproveitamento de recursos de vários ambientes e para isso a manutenção de sua mobilidade espacial era fundamental: " assim he que quando em hum Igarapé se apercebem (os Mura) de que diminue o peixe que fas a sua principal Nutricção, Mudão-se imediatamente para outro mais pingue" (Anônimo *apud* Moreira Neto, 1988:262).

O encarregado do Posto Indígena Barbosa Rodrigues pôde constatar no rio Autaz-Mirim o que representava para os Mura viver em pequenos lotes de terra. "É verdadeiramente lamentável a situação daqueles selvícolas, a área á sua

permanência, uma pequena ilha, além de insuficiente, é "imprópria" à agricultura, indispensável a sua subsistência. São forçados pelas circunstâncias, a penetrarem em propriedades alheias, fazendo roças, plantando seus legumes e extraindo madeiras, destinadas aos seus "barracos", tudo porque, na Ilha que oficialmente deveriam habitar, não possuem aqueles elementos indispensáveis à sua vida". A depredação dos recursos naturais é também mencionada como fator de desagregação social " com o desaparecimento de seu elemento, (MATAS), vêm com tristeza, suas vidas e costumes, em acelerada decadência física e moral" (SPI, 25/06 - Ver anexo 8).

Até a década de 30, o SPI identificou nos limites do município de Itacoatiara, os seguintes lotes ocupados por índios Mura: Jumas, Peito Branco, Furo Novo, Fortaleza, Paracuuba, Pantaleão, Maratuba, Guapenu, Capivara, Trincheira, Murutinga, São Pedro, Boa Vista, Jabotá, São Vicente, Onça, Cunhã, São Felix. No entanto, essas posses de pequenas dimensões não foram integradas numa única terra indígena o que acabou por inviabilizar a permanência dos Mura nessas áreas. Não lhes restou outra alternativa senão o deslocamento para outras regiões, não se sabendo ao certo o destino que tiveram (Ver anexo 9).

De acordo com o relatório do Departamento de Identificação e Delimitação da FUNAI, as áreas oficialmente reconhecidas como sendo de ocupação dos índios Mura foram, em sua maioria identificadas pelo SPI. Devido ao tamanho extremamente reduzido de suas dimensões, as áreas não garantiram os recursos necessários para a subsistência dos índios, sendo, portanto necessário que sejam reestudadas a fim de incorporar os ambientes e espaços geográficos indispensáveis à sobrevivência física e cultural dos Mura, observando, assim, os dispositivos constitucionais relativos às populações indígenas.



2ª PARTE

HABITAÇÃO PERMANENTE

A Terra Indígena Rio Urubu é composta por quatro aldeias: Taboca, Maquira, Correnteza e Cana. Todas essas aldeias estão localizadas em áreas tradicionalmente ocupadas pelos índios Mura. Além dessas aldeias existem habitações indígenas dispersas em várias localidades da Terra Indígena.

Para os Mura, as aldeias atuais se localizam em áreas de antiga ocupação indígena. Segundo eles, o Serviço de Proteção aos Índios esteve no rio Urubu no início do século demarcando os lotes onde os índios tinham suas roças e benfeitorias. A demarcação desses lotes não considerou todos os ambientes que eram freqüentados pelos Mura para a obtenção dos recursos necessários à sua sobrevivência física e cultural.

O sistema de subsistência dos Mura era nômade e por essa razão circulavam por toda a região do rio Urubu para o aproveitamento dos recursos encontrados nas florestas de terra firme, nas matas de igapó, várzeas, igarapés e lagos. Nessa época, a agricultura representava apenas uma pequena parcela dos recursos utilizados pelos Mura para a sua sobrevivência. A maior parte dos recursos era obtida através da pesca, da caça e da coleta de frutos.

A localização das aldeias segue o padrão de ocupação tradicionalmente utilizado pelos Mura. Localizam-se às margens dos igarapés de forma a manter um dos traços mais característicos da cultura Mura: a circulação em suas canoas por entre os incontáveis caminhos fluviais encontrados em seu território. O deslocamento por entre os igarapés, lagos e igapós é determinante para que os Mura localizem as áreas onde os peixes, seu principal item de alimentação diária, sejam encontrados com maior fartura.

Nas aldeias do Taboca, Maquira e Cana existem escolas mantidas pela Prefeitura de Itacoatiara e os professores são índios que pertencem a essas comunidades. A escola da aldeia do Taboca encontra-se com suas atividades paralisadas em virtude de problemas relacionadas ao contrato de trabalho do índio Azamor, professor da escola.

Em todas as aldeias existem igrejas evangélicas: nas aldeias do Taboca e do Cana a Igreja Batista Cristo Redentor, na aldeia do Maquira a Igreja Nova Jerusalem e na aldeia Correnteza a Igreja Batista da Fé. Os trabalhos religiosos são conduzidos pelos próprios índios que freqüentaram cursos de formação pastoral promovidos por essas Igrejas.

O censo demográfico realizado durante os trabalhos do GT/389 identificou os seguintes números: aldeia do Taboca: 69 pessoas; aldeia da Maquira: 103 pessoas; aldeia do Correnteza: 80 pessoas; aldeia do Cana: 122 pessoas. Deve-

se ressaltar que, durante a realização do censo, diversos chefes de família afirmaram que muitos de seus filhos estão morando principalmente em Manaus e alguns em Itacoatiara.

ALDEIA TABOCA

002197
18
celia

AGRUPAMENTO POR UNIDADE DE RESIDÊNCIA	IDADE
Maria Rosa de Almeida	86
Asamor Cruz Rosa	44
Ugliansmar	15
Vanesa	5
Asamor da Cruz Filho	19
Julcinete	22
dois filhos	4 e 1 anos
Francisco de Menezes	28
Rosineide	15
Ralili Almeida de Carvalho	37
Neide Nascimento Vieira *	34
Roseli	17
Raiane	14
Raison	12
Aline	10
Daniel Carvalho **	64
Leonice Almeida de Carvalho	56
Aldair Brito Moreira **	26
Leticia	17
Fabíola	1
André Lima Cordovil	70
Raimundo Nonato Lima Cordovil	18
Samuel Cordeiro Marinho	35
Maria do Socorro Amazonas Santos	25
Samara Santos Marinho	9
Bruno Amazonas Santos	8
Samuel Santos Marinho	7
Diego Santos Marinho	5
Valdomiro de Matos da Silva	44
Sandra Maria Cordeiro Carvalho	27
Sandra Cordeiro	10
Silvia Cordeiro	8
Isaias Cordeiro	6
Irlã Cordeiro	4

Campy

Irlei Cordeiro	3
Bruno Monteiro	62
Elizabeth Barros Monteiro	32
Telma Barros Monteiro	16
Lidiane Barros Monteiro	14
Jorgenei Barros Monteiro	10
LLiane Barros Monteiro	7
Brunildo Barros Monteiro	6
Raimundo Cordeiro Marinho	78
Salustiana Cordeiro Marinho	62
Sebastião Cordeiro Marinho	
José Alberto Cordeiro Carvalho	
Vanderlei Cordeiro Carvalho	
Joelene Cordeiro Carvalho	
Gesi Marinho Carvalho	
Graça Cordeiro Carvalho	
Celia	42
Miguel	49
Erasmus Carlos	14
Celestiana	11
Celina	10
Ernestina	9
Leonardo	6
Leandro	4
Deusimar	28
Raimundo	34
Francinete	14
Ronesclay	13
Maria Jose	9
Ana Maria	7
Rosivaldo	6
Raimundo Nonato	4
Sidnei	2
Tomé Pinheiro Soares	60
TOTAL	69 pessoas

Observação:

* índia Satere-Maué

** índio Mundurucu

ALDEIA MAQUIRA

AGRUPAMENTO POR UNIDADE DE RESIDÊNCIA	IDADE
Anesio Soares Pinheiro	56
Zenaide Nunes de Oliveira	56
5 filhos	
11 netos	
Francisco Borges de Medeiros	59
Zuleide dos Santos da Silva	54
12 filhos	
Clea Freitas da Silva	27
José Carlos da Silva Amaral	39
5 filhos	
5 parentes	
Sebastião	47
Graciete	43
5 filhos	
Pedro	41
Maria	39
10 filhos	
Jose Valdinês	48
9 filhos	
Antônio Jose	42
Enaide *	40
10 filhos	
Jose Alberto	
Josinalva	
Luiz Nunes Miranda	46
Maria Nunes Miranda	44
8 filhos	
2 netos	
Jeremias	32
Josenilza	28
1 filho	5
Edgar Soares Pinheiro	65
TOTAL	103 pessoas

Observação:
* índia Satere-Maué

ALDEIA CORRENTEZA

AGRUPAMENTO POR UNIDADE DE RESIDÊNCIA	IDADE
Josue Oliveira Silva	36
Sonia Dario Oliveira	30
Joelma	13
Josimar	11
Joelva	9
Joelia	7
Josias	3
Arlinda Arevano Alfaia	76
Aloli Arevano Alfaia	37
Adalcion Resende da Silva	37
Maria Nunes dos Santos	36
Adalcione	17
Marivania	15
Dalcivane	13
Dalcilane	11
Daiane	9
Daiana	6
Adriane	2
Francisco de Rodrigues Xavier	24
Jacilene Nunes dos Santos	29
Apolonio Pinheiro Bruno	73
Benigna da Silva Bruno	73
Raimundo	34
Eva	16
Maria Alice	8
Inison Nunes dos Santos	25
Rosilane Bruno dos Santos	22
Rosenilce	5
Iriane	3
José Nunes Monteiro	60
Maria Gilda	58
10 filhos	
Gracindo Alfaia Azevedo	40
Roselia da Silva Alfaia	34
3 filhos	
Jose Arevano Alfaia	42
Maria Alfaia Beleza	39
7 filhos	

22
Celia

Oswaldina Nascimento Vieira *	68
Gregorio Rodrigues Farias	59
Oscar Cabral de Araujo *	47
Maria do Rosario	35
8 filhos	
Oswaldino Cabral de Araujo *	39
Lindalva	43
4 filhos	
Valdemar Cabral de Araujo *	42
Dacio Marques	46
Astrogilda	38
4 filhos	
Ademar Nascimento	45
Graça Maia	41
TOTAL	80 pessoas

Observação:

* índios Satere-Maué

Camp

Marcelino Rodrigues Batista	17
Higino Rodrigues Batista	16
João Rodrigues Batista	11
Maria Rodrigues Batista	9
Marciane Rodrigues Batista	8
Maicejane Rodrigues Batista	6
Marta Rodrigues Batista	5
Ester Rodrigues Batista	3
<hr/>	
Rosa Rodrigues Maia	56
Jorge Eduardo Rodrigues Maia	43
José Carlos Rdrigues Maia	36
Antônio Jorge Charles Maia	15
Luizete dos Anjos	13
Mario dos Anjos	10
Maria Rita dos Anjos	8
<hr/>	
Jacks Dias Moreno	39
Cirena Ferreira Moreno	27
Jones F. Moreno	11
Creiciene F. Moreno	9
Creicilania F. Moreno	7
Creiciete F. Moreno	6
Jonnezy F. Moreno	3
Joziney F. Moreno	1
<hr/>	
Simião Correa Lima	37
Maria José de Souza Ferreira	47
Fernanda de Souza Lima	5
<hr/>	
João	39
Raimunda	35
Ernesto	17
Erneilton	14
Elinaise	10
Elineuse	8
<hr/>	
Normando	40
Rosangela	32
Ronei	16
Roneida	13
<hr/>	
Dinizio	42
Maria	36
Severina	17
1 filho	
<hr/>	
Braga	51
2 filhos	
2 netos	
<hr/>	
Oswaldo	38
Vilma	34
3 filhos	

00347
24
Celia

Campa

Roberto Arevano ***	44
Lucia Bardalo	40
11 filhos	
Nelson Alves de Souza	54
Maria Gomes de Souza	44
5 filhos	
Manoel	54
João	45
Frank	39
TOTAL	122 pessoas

Observação:
*** índio Ticuna

Camp

3ª PARTE

ATIVIDADES PRODUTIVAS

Para alguns autores o estilo de vida tradicional dos índios Mura sempre foi caracteristicamente nômade. De acordo com suas observações, os Mura não viviam fixados à terra, desconheciam a agricultura e sua subsistência era baseada principalmente na caça, coleta de frutos e pesca. Os Mura deslocavam-se freqüentemente por entre as margens dos rios e das lagoas, fixando-se temporariamente onde houvesse maior abundância de peixes, tartarugas e peixe-boi. Quando esses recursos se tornavam escassos, mudavam-se em busca de áreas onde os encontrassem em maior abundância. Segundo Nimuendaju, a habilidade dos Mura como pescadores era reconhecida tanto pelos civilizados como pelos índios. Os Mura eram capazes de pegar tartarugas debaixo da água com as mãos e o pirarucu e o peixe-boi, após arpoados, eram perseguidos por entre os obstáculos das plantas aquáticas e árvores caídas (Nimuendaju, 1948:258).

Mesmo durante os períodos de enchente, quando nota-se uma queda na produtividade da pesca, os Mura não tinham dificuldades de alimentação pois freqüentavam as áreas no interior das matas de igapós que não eram alagadas e para onde animais como tatu, paca, cotia, veado, anta, porco do mato, se refugiavam, sendo facilmente capturados. Os Mura tinham o domínio de técnicas de conservação de alimentos como a "mexira" feita de tartaruga, do peixe-boi, da anta ou do porco do mato. A carne era cortada em pedaços, cozida e depois frita na própria banha, o que a conservava por períodos mais longos. Nos igapós, os Mura obtinham maior sucesso em suas pescarias devido ao fato de que muitos peixes, nos períodos de cheia, migram para os igapós para se alimentarem dos frutos da vegetação.

No verão costumavam freqüentar as praias formadas com a vazante das águas para coletar ovos de tartaruga, pescar, fazer farinha de peixe, coletar frutos e mel. Ficavam acampados por alguns dias quando celebravam suas festas e danças tradicionais, como a dança da cotia e do jacu. Nesse tempo, andavam juntos Elpídeo, André, Bonifácio, Hermógenes, Alexandre, Antonio Febrônio, todos índios Mura que viviam em diversas localidades no rio Urubu e no Paraná do Arauató.

A partir das primeiras décadas do século XX, a sociedade envolvente passou a exercer fortes pressões para ocupar as terras tradicionalmente habitadas pelos índios Mura no rio Urubu. As pressões iniciais partiram da frente de expansão extrativista interessada em explorar os castanhaes e os seringais. Posteriormente, conforme atestam alguns documentos do SPI, o interesse voltou-se para o extrativismo de espécies como pau-rosa e para a exploração da pesca nos lagos e igarapés do rio Urubu.

O ofício nº 40 do SPI de 21.04.1943, assinado por Alberto Pizarro Jacobina, denuncia o Sr. Pedro Rubim por tentar ocupar as terras indígenas e solicita providências ao Sub-Delegado de Polícia do Rio Urubu para que os índios Mura Elpideo, Hermogenes, Bonifácio, André, Quelé, Praxedes e outros pudessem continuar trabalhando em suas terras na extração de pau-rosa. Em 16 de novembro de 1950, o Ofício nº 191 denunciava ao Subdelegado do Rio Urubu que o Sr. Leovirgilio Augusto de Queiroz estava tentando impedir que os mesmos índios Mura continuassem a trabalhar nos lagos de suas propriedades e solicitava enérgicas providências para garantir o direito dos índios (Ver anexos 10 e 11).

O SPI, que não desenvolvia nenhuma ação direta no rio Urubu para proteger os direitos dos índios Mura, somente teve conhecimento das tentativas de ocupação das terras indígenas devido à atuação de Seu Elpideo Marques, tuchaua geral desse grupo indígena, que foi pessoalmente a Manaus denunciar esses acontecimentos. A ação de seu Elpideo Marques pode ser caracterizada como expressão da existência de uma territorialidade Mura no rio Urubu. Por essa razão seu Elpideo Marques foi nomeado, em 1953, para o cargo de Inspetor Subdistrital de Polícia, com a função de subdelegado no rio Urubu (Ver anexo 12).

Posteriormente, alguns fatores, decorrentes da intensificação da ocupação do rio Urubu pela sociedade envolvente, afetaram o sistema econômico e a organização social de muitos grupos Mura que, em decorrência do aumento das dificuldades de sobrevivência, tiveram que deixar suas áreas de ocupação tradicional no rio Urubu. A precariedade de continuar a ser "Mura" pode ser demonstrada diante do fato de que os índios Mura originários do rio Urubu e que vivem em cidades como Manaus e Itacoatiara somam um número maior do que os que permanecem vivendo no rio Urubu atualmente. Um exemplo dessa situação é a família de Seu Elpideo Marques que reúne 180 pessoas vivendo em Manaus.

A construção da estrada Manaus-Itacoatiara (AM-10), iniciada na década de 50, representou a perda de áreas tradicionalmente ocupadas pelos índios Mura do rio Urubu. A partir da construção dessa estrada diversas fazendas e posseiros se instalaram na margem esquerda do rio Urubu impedindo que os Mura continuassem utilizando os recursos dessas áreas.

Outro fator que teve grave influência para o aumento das dificuldades de sobrevivência dos Mura foi a pesquisa de levantamento do potencial petrolífero do rio Urubu, feita pela Petrobrás na década de 60. Os trabalhos de sismografia utilizaram muita dinamite e ao longo de todo o rio muitas explosões foram realizadas. Os índios Mura são testemunhas de que dessas explosões resultou uma elevada mortandade de peixes e de animais da fauna-aquática do rio. Grande número de cardumes foi visto boiando e por toda a região se sentia o cheiro de sua decomposição. Para os Mura esse foi um período de fome pois itens de sua alimentação tradicional como peixes, tartarugas, peixe-boi etc, tornaram-se mais escassos.

O agravamento das condições ambientais, a impossibilidade de manterem o sistema de subsistência tradicional baseado na circulação espacial e no aproveitamento dos recursos de vários ambientes e a inexistência de infraestrutura de saúde e educação, fizeram com que muitos grupos familiares Mura deixassem o rio Urubu na década de 70, mudando-se para Manaus na tentativa de conseguir emprego na Zona Franca que então surgia.

Diante das crescentes dificuldades enfrentadas para a manutenção de seu sistema tradicional de subsistência e para evitar que os Mura, por falta de opções, continuassem a deixar o rio Urubu, uma de suas principais lideranças, Sinesio de Carvalho Marques, fundou a Associação Comunitária Indígena Mura do rio Urubu - Acimuru. Para a Acimuru, os meios de sobrevivência dos Mura do rio Urubu são caracterizados como tradicionais mas insuficientes para atender suas necessidades de sobrevivência na medida em que o ambiente natural apresenta muitos desequilíbrios, com o empobrecimento de vários recursos que tradicionalmente sempre foram utilizados pelos Mura. A continuidade de sua exploração não permitirá um desenvolvimento auto-sustentável, o que ampliará as dificuldades que terão no futuro.

De acordo com a Acimuru, os meios utilizados pelos Mura em suas atividades agrícolas não permitem o surgimento de uma agricultura mais racional, uma vez que não têm orientação técnica nem utilizam insumos básicos adequados ao beneficiamento da terra. Sentem necessidade de apoio para poderem aprender a plantar, cultivar e criar em bases mais produtivas, de modo a aproveitar a força de trabalho familiar e assim alcançar um melhor nível de satisfação sócio-econômica, preservando ao mesmo tempo o meio ambiente.

O empobrecimento dos recursos disponíveis no ambiente natural obriga os Mura a desenvolver novas atividades de subsistência. Os índios da aldeia do Maquira, em sua maioria provenientes do Arari e Arariá, exemplificam a condição dos Mura que se dirigem para as faixas de terra firme, de modo a formar os campos de pasto onde desenvolvem suas criações de gado. Para eles a criação de gado é a melhor alternativa de sobrevivência e de fortalecimento de sua posição sócio-econômica no mercado regional.

Seu Doquinha, morador da aldeia do Cana há 11 anos, afirmou que deixou o Autazes porque não havia disponibilidade de áreas de várzea onde pudesse deixar o gado para pastar. De acordo com Seu Doquinha, o pasto no verão morre na terra firme e brota na várzea, havendo necessidade de um constante manejo. No período das cheias, o gado faz o caminho de volta sendo transportado da várzea para a terra firme. Seu Doquinha tem uma criação de mais de cem cabeças de gado, além de carneiros, galinhas e porcos.

As roças de subsistência dos Mura ocupam em geral cerca de 1 a 2 quadras (1 quadra corresponde a 1 hectare). Os Mura cultivam principalmente mandioca, milho, cupuaçu, melancia, mamão, abacaxi, banana, ingá, maxixe, tomate, caju

etc. As roças são unidades familiares e os terrenos onde estão situadas foram comprados pelos índios que pagam imposto rural para a Prefeitura de Itacoatiara.

Nas aldeias do Taboca e Maquira os índios constituíram associações de moradores, cujo objetivo é promover o desenvolvimento de atividades agropecuárias. Para isso pretendem obter financiamento bancário, pois não dispõem de capital para iniciar essas atividades. O dinheiro do empréstimo seria utilizado para a compra de insumos e ferramentas agrícolas e também para a aquisição dos alimentos necessários ao sustento de suas famílias.

Alguns índios trabalham por empreitada nas fazendas da região "batendo o campo", isto é preparando os campos para a alimentação do gado. As moitas são retiradas, deixando-se somente o pasto.

Os Mura mantêm o hábito tradicional de coleta de frutos como a castanha, tucumã, cacau, bacaba, açaí, buriti, jabotimita, uixi, etc. A pesca, apesar de não ser tão abundante como no passado, é ainda a principal atividade de subsistência dos índios, fornecendo-lhes o alimento diário.



4ª PARTE

MEIO AMBIENTE

A delimitação da Terra Indígena Rio Urubu teve a preocupação de incluir amostras representativas dos ecossistemas predominantes da região desse rio e que são tradicionalmente utilizados pelos Mura: florestas de terra firme, matas de igapó e várzeas. A inclusão desses ambientes é condição necessária para que os Mura possam revitalizar suas práticas de utilização dessas áreas de onde extraem importantes recursos indispensáveis à sua sobrevivência física e cultural. (Ver anexo 13)

Para os Mura, a inclusão do igarapé das Pedras é de vital importância. Trata-se de região tradicionalmente utilizada para o aproveitamento da grande variedade de peixes e animais aquáticos existentes como surubim, cuiu-cuiu, piarara, filhote, aruanã, piau, arraia, tucunaré, pirarucu, peixe-boi, acari, tracajá cabeçudo, tartaruga, caparari. Nas terras circundantes ao igarapé das Pedras, encontram-se animais e aves que asseguram importante suprimento de proteína animal como paca, cotia, capivara, catitu, tatu, veado mateiro, veado roxo, veado branco, macaco prego, guariba, quata, cuxiu, inhambu, inhambuzinho-relógio, macucaua, nhambu-galinha, mutum, jacu, jacupeba, jacamim, arara, mãe da balata, arutai, socó-boi, socó-onça, marreca, pato do mato, maguari, biguá, papagaio.

Nas cabeceiras de todos os igarapés que fazem parte da terra indígena ocorrem concentrações de castanheiras, para onde os Mura se deslocam periodicamente para a coleta de seus frutos. Ocorrem também inúmeras outras espécies de árvores aproveitadas pelos índios como sorva, copaíba, andiroba, caranã, babaçu (que fornece a palha para a cobertura das casas), aquariquara, itauba e loro.

No igarapé do Piquia localizam-se os castanhais denominados pelos Mura de Caximbo, Arara, Capoeira, Sorva e Castanha da Fumaça. Esses castanhaes, tradicionalmente utilizados pelos Mura, foram ocupados por regionais e desde 1978 os índios estão impedidos de fazer a coleta da castanha nesses locais.

Toda a região da junção entre os igarapés Cana e Tarumã é rica em peixes como tambaqui, curimatã, sardinha, pacu, surubim, cuiu-cuiu, piarara, filhote, aruanã, piau, arraia, tucunaré, carapari, piranguinha, cabeçudo e tartaruga.

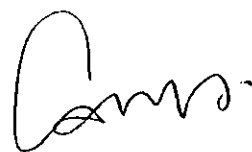
A inclusão de áreas de floresta de terra firme objetivou assegurar a caça e a coleta tradicional de frutos como o piquira, uixi, jabotimita, buriti, castanha, patauí, açaí, bacaba, cramori, moela de mutum, buriti, entre outros. Considerou também as faixas de terra preta de índio, representativas da antiga ocupação indígena e que por serem mais férteis são propícias ao plantio de seus roçados.

As matas de igapó são igualmente importantes para os Mura pois os frutos da vegetação arbórea, como apéua, uixirana, gogó de guariba, curucaua, mari-mari,

seringueira, taquari, saraba, puruí, jauari, carauaçu, uruá, muruci, pararu e jenipapo, são atrativos de peixes como tambaqui, matrinchão, cabeçudo, pacugalo, piranha.

O aproveitamento das várzeas também ocupa lugar de destaque na economia dos índios Mura. As várzeas fertilizadas anualmente pelo período das cheias são propícias para o desenvolvimento de culturas de ciclo curto como melancia, milho, feijão e também para a formação dos campos de pasto para a alimentação do gado. De acordo com Moran, a várzea baixa, típica da região onde vivem os Mura, caracteriza-se mais por oportunidades do que por fatores limitantes, considerando-se as ricas deposições aluviais que fertilizam o solo, o que favorece o desenvolvimento de culturas de ciclo curto. A maior pressão desse ecossistema é sentida nas flutuações de nível dos rios, com suas conseqüentes enchentes, que são muito maiores no baixo do que no alto Amazonas (Moran, 1990:220). (Ver anexo 14).

Cabe destacar que, de acordo com o artigo 231 da atual Constituição Federal, a terra para os índios tem um valor de sobrevivência física e cultural e os direitos dos índios só estarão plenamente assegurados na medida em que lhes seja garantida a posse permanente e a riqueza das terras tradicionalmente ocupadas. O conceito de terra indígena implica considerá-la como base do habitat dos índios que por meio de sua organização cultural interagem de forma ativa com os elementos naturais, de modo a satisfazer suas necessidades humanas elementares.



5ª PARTE

REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

Foto. N.º	002/97
Fol.	32
	Celia

De acordo com as fontes históricas disponíveis (Bitancourt, 1787, Rodrigues, 1785, Bates, 1944 e Nimuendaju, 1948) e dos relatos dos índios Mura, pode-se afirmar que o rio Urubu é área de ocupação desses índios desde a segunda metade do século XVIII.

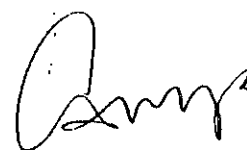
Para Seu Elpídeo Marques, existiram diversas malocas de índios Mura por toda a extensão e em ambas as margens do rio Urubu. Essas malocas localizavam-se nos seguintes lugares: Cana, Correnteza, São Pedro, Cristovão, Sucuriju, Bacabal, Tarumã, Xavier, Inajatuba, Lago do Aibu, Rio Caru, Sangal e Taboca. Os cemitérios onde estão enterrados os seus antepassados localizam-se nos seguintes lugares: Cana, Igarapé das Pedras, Miracauera, boca do Sangal e Igarapé do Corte. Seu Elpídeo Marques falou que na década de 20 houve uma grande epidemia de malária, desde a boca do Cana até o Aybu, que causou muitas mortes entre os Mura, que foram sepultados em valas coletivas no cemitério do Cana (Ver anexo 15).

Barbosa Rodrigues, em sua viagem pelo rio Urubu em 1875, identificou a presença de malocas de índios Mura em diversos pontos do rio Urubu: Castanhal, Aniba, Dapaturu, Sangal, Cana e Correnteza.

Os Mura afirmaram que em todas as áreas das atuais aldeias indígenas - Taboca, Maquira, Correnteza e Cana - encontram-se vestígios da ocupação de seus antepassados. Afirmaram ser comum, quando fazem o preparo da terra para o plantio de seus roçados, encontrarem pedaços de cerâmicas desenhados com figuras dos animais que pertencem à fauna da região como jacaré, peixe-boi, jaboti, anta etc. Costumam encontrar também o "pão de índio", alimento que era preparado com farinha, castanha, milho.

Nas aldeias do Taboca, Correnteza e Cana ainda se encontram as trincheiras construídas pelos Mura durante sua participação na revolta da Cabanagem, nos anos de 1836-1840. Na aldeia do Taboca nos anos em que o rio Urubu fica bem seco, surgem muitas pedras desenhadas com imagens da fauna da região como o pirarucu, tartaruga, peixe-boi, anta, onça, etc. Para os Mura essas pinturas expressam a antiga ocupação dessa região por seus antepassados.

Para Seu Elpídeo Marques, índio Mura de 91 anos de idade e que viveu por mais de setenta anos no rio Urubu percorrendo as matas e os caminhos fluviais de toda a região, a presença dos índios Mura no rio Urubu é inquestionável. Em seu depoimento recordou-se vivamente da época em que costumavam acampar nas prais do rio Urubu para a coleta de ovos de tartaruga e para a celebração de suas festas tradicionais. Em sua lembrança permanecem vivas as músicas que cantavam nesse tempo:



*Eu me casei com uma mulher velha
pra livrar da filharada
a maldita desta velha
teve dez numa ninhada*

*Eu vou pra dentro
ela vai pra fora
eu chamo ela
ela vai embora*

*Eu vou pra rede
ela vai pra cama
eu durmo muito
ela não me chama*

*Eu tomo chá
ela toma café
eu fumo cigarro
ela toma rapé*

*Valha-me deus
que essa mulher
tudo que eu quero
ela não quer*

*Minervina tu não te lembras
das palavras que dizestes
que tu não achava outro
enquanto eu vida tivesse*

*Aí, aí,
saudades de minervina
aí, aí,
de saudades eu vou morrer
aí, aí,
saudades de minervina*

*Menina diga a teu pai
que não comas de talher
que ele está para ser meu sogro
minervina minha mulher*

*Mandei fazer uma casa
com 25 janelas
só pra botar minervina
quando eu me casar com ela*

*Mandei fazer um relógio
da casca do caranguejo
para contar os minutos
e as horas que não te vejo*

*Mandei fazer um barquinho
da braça do caraná
pra embarcar meu benzinho
na boca do paraná*

*Tana ta na tãa
fazer a minha cama
de que vai fazer
de pau, de madeira,
cadê o pau, ta no mato
cadê o mato, o fogo ja queimou
cadê o fogo, a água ja apagou
cadê o agua o boi ja bebeu
cadê o boi, ta moendo trigo*

*cadê o trigo, a galinha ja espalhou
cadê a galinha, o frade ja matou
cadê o frade, ta dizendo missa
cadê a missa, ta no altar
cadê o altar, ta no buraquinho
cadê o buraquinho, tatuí ja fechou
cadê o tatuí, ja saltou tudo na águaui*

Segundo Seu Elpídeo, os Mura tinham a sua própria culinária como a mujica feita de peixe. O peixe era desfiado, tiravam-se as espinhas, punha-se farinha fina e tudo era cozido com folha de caju, mandioca mansa, alfavaca, chicória, cominho e pimenta ardosa. Preparavam também a paçoca feita com castanha e farinha. Durante as festas tomavam a caiçuma, bebida fermentada preparada a base do cará, da pupunha ou da macaxeira e para armazená-la tinham potes e moringas. A cerâmica era feita a partir da casca do caraipé que era queimada, pilada e depois peneirada sendo então misturada à argila. Do curaua retiravam a fibra para fazer a corda do arco e do arauaca faziam as flechas. Paneiros e cestos eram preparados com as fibras do anambé.

Para Seu Elpídeo, o rio Urubu sempre foi lugar farto de peixes como pirarucu, tambaqui, peixe-boi, entre outros. Nas matas encontravam-se muitos animais como porco do mato, anambu, cotia, paca, capivara, anta, jaboti etc. Os Mura costumavam ter em seus quintais currais de jaboti e sua carne era preparada com leite de castanha.

Na década de 70, no entanto, todos sentiram o agravamento das condições ambientais e a sobrevivência tornou-se mais difícil. À diminuição dos estoques de peixes, causada entre outros fatores pelas explosões realizadas pela Petrobrás, na década de 60, associa-se também o baixo estímulo dos índios para o desenvolvimento da agricultura, pois não tinham como escoar sua produção, fazendo com que muitos índios deixassem o rio Urubu, principalmente da aldeia do Correnteza.

Na aldeia do Correnteza, permanecem os problemas enfrentados pelos índios diante da falta de alternativas para compensar a diminuição dos recursos naturais como caça e pesca. D^a Arlinda, de 86 anos de idade, queixou-se de que, durante o período de cheia do rio, tem enfrentado severas dificuldades para encontrar o alimento diário, já que o plantio é reduzido e o peixe não é encontrado com facilidade.

Para os índios da aldeia do Correnteza, a agricultura não compensa, pois eles não têm como escoar a produção para Manaus e Itacoatiara, onde conseguiriam melhores preços para seus produtos. Em sua região o comércio é monopolizado pelos "marreteiros" que pagam muito pouco. Seu Apolonio exemplificou essa situação ao dizer que o marreteiro paga apenas 1,00 (hum real) pelo cento do tucumã enquanto que na cidade de Manaus a dúzia do mesmo fruto é vendida a 3,00 (três reais).

Na aldeia do Correnteza vive D^a Oswaldina, índia Satere-Maué de 65 anos e três filhos, Waldemar, Oswaldino e Oscar. O primeiro a chegar ao rio Urubu, na década de 70, foi Waldemar que trabalhava com gado e, após se estabelecer, trouxe seus familiares. Duas outras filhas de D^a Oswaldina, Enaide e Naide, que vivem no Taboca e na Maquira respectivamente, são casadas com índios Mura.



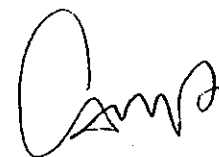
A índia Mura Clea, que vive no lugar chamado Enseada, próximo à aldeia Maquira, ao saber da presença do GT 389, deixou o trabalho que fazia na roça e veio nos falar sobre a grande dificuldade que enfrenta com as condições de saúde de três de seus cinco filhos. Os três meninos são hemofílicos e qualquer queda ou batida que sofrem provoca perda de sangue, sendo necessária a imediata remoção para o hospital em Manaus e a falta de transporte é a grande dificuldade a ser vencida. A situação de um dos meninos se apresenta mais grave e já configura um quadro de deficiência física, pois seu joelho vive permanentemente inchando, impedindo-o de andar normalmente.

Para os Mura, Maquira na língua geral significa rede. A denominação da aldeia da Maquira está, pois, associada ao antigo costume dos Mura de freqüentar essa região, quando permaneciam por vários dias acampados nas praias coletando ovos de tartaruga e fazendo suas festas tradicionais.

O índio Azamor, morador da aldeia do Taboca, mencionou que uma das razões pelas quais muitos Mura deixaram o rio Urubu foi determinada pela morte de seus pais e avós. Segundo ele, enquanto os parentes mais idosos eram vivos, a comunidade se mantinha unida em torno deles, pois detinham o conhecimento dos costumes antigos e sua presença incentivava a manutenção dos laços familiares e comunitários. Com sua morte e diante das dificuldades de sobrevivência, muitos índios saíram do rio Urubu para viver em Manaus.

Por outro lado, deve-se destacar que a manutenção de vínculos entre os Mura que nasceram no rio Urubu e que vivem em Manaus com seus parentes que permanecem no rio Urubu é importante para a reprodução física e cultural dos Mura, pois, sempre que, podem enviar dinheiro para ajudar na manutenção de suas famílias. Quando os Mura do rio Urubu necessitam ir a Manaus para tratamento médico, podem contar com o auxílio de seus parentes, hospedando-se em suas casas.

Conforme já foi caracterizado no item correspondente ao Meio Ambiente, as áreas necessárias à reprodução física e cultural dos índios Mura do rio Urubu compreendem os ecossistemas de floresta de terra firme, matas de igapós, várzeas, igarapés e lagos. Nesses ambientes, os Mura encontram os recursos tradicionalmente utilizados para a sua subsistência.



6ª PARTE

LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

De acordo com o relatório do engenheiro agrônomo Janio Queiroz de Oliveira (Ver anexo 16), o quadro de detentores de posse situadas na Terra Indígena Rio Urubu é constituído de pequenos e médios produtores rurais que, em sua maioria, se dedicam a atividades de subsistência. Os levantamentos realizados no 1º e 2º Ofícios da Comarca de Itacoatiara indicaram que existem 34 posses, cujos ocupantes não são índios. Desse total 5 ocupantes detêm documentos com título definitivo e os demais escrituras de compra e venda.



7ª PARTE

CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

A proposta de delimitação da Terra Indígena Mura do Rio Urubu procurou assegurar as condições necessárias para garantir a permanência do sistema social dos índios Mura no rio Urubu, espaço geográfico em que estão habituados a viver e onde muitas das referências que os distinguem como grupo étnico diferenciado permanecem vivas.

Para os remanescentes dos índios Mura, a demarcação da terra indígena é essencial para a continuidade dos laços de coesão existentes em sua comunidade, a despeito da irreparável perda de referências culturais que sofreram em decorrência do longo processo de enfrentamentos que tiveram com o mundo dos brancos. Sua população foi drasticamente reduzida, perderam sua língua nativa e se viram progressivamente limitados em seus deslocamentos espaciais, em virtude da perda das áreas por onde sempre circulavam na realização de suas estratégias de sobrevivência.

Os Mura enquanto puderam circular livremente por entre os vários ecossistemas do rio Urubu - floresta de terra firme, várzeas, igapós, lagos e igarapés - foram capazes de extrair diferentes recursos sazonalmente disponíveis e dessa forma conseguiram se manter em condições satisfatórias de adaptação.

No entanto, o Estado, ao não garantir os direitos dos Mura sobre as terras tradicionalmente ocupadas desde o século XVIII, permitiu que a sociedade envolvente gradativamente se apoderasse dessas terras, restringindo a mobilidade espacial do grupo indígena. Diante disso, os Mura viram seu sistema de subsistência perder a capacidade de lhes fornecer os meios necessários à sobrevivência, razão pela qual muitas famílias tiveram que abandonar o rio Urubu.

A situação atual dos índios Mura pode ser caracterizada pela necessidade de se fixarem à terra para o desenvolvimento de atividades agro-pecuárias, na medida em que não dispõem da mesma autonomia que tiveram no passado, de circular livremente por entre os vários ambientes do rio Urubu onde os recursos necessários à sua sobrevivência eram encontrados com fartura.

A proposta de delimitação da Terra Indígena Rio Urubu foi elaborada na aldeia do Taboca e compreende as terras mínimas necessárias para os índios darem continuidade a sua organização social. O índio Ralili, presidente da comunidade do Taboca, afirmou que os Mura necessitam de maior apoio para que possam desenvolver suas comunidades. Segundo ele, a legalização da Terra Indígena não é condição suficiente para que possam torná-la produtiva. Precisam obter investimento para o desenvolvimento de projetos agro-pecuários, pois muitos

recursos da fauna e flora da região, tradicionalmente utilizados, já foram muito explorados e se encontram à beira da exaustão.

Diante do questionamento sobre se ainda seriam índios, os Mura afirmaram que sua identidade é proveniente da memória que têm dos fatos históricos vividos por eles e por seus antepassados. Ao reconstruírem sua história, falaram de muitos acontecimentos marcantes, da vida e morte de seus parentes, dos locais dos antigos aldeamentos, de histórias de pescarias e caçadas, das áreas que freqüentavam e dos meios e estratégias utilizados para a satisfação de suas necessidades de sobrevivência.

Diversos índios Mura, que vivem na Terra Indígena Rio Urubu, são provenientes do Autazes, do Arari, Araria e outras regiões e se deslocaram para o rio Urubu, na medida em que sabiam ser essa região área de antiga ocupação Mura. Nesse deslocamento, além da necessidade de se fixarem à terra, buscavam também permanecer em seu "ambiente tradicional", de estar com aqueles com os quais têm partilhado a mesma história. Por mais que tenham perdido muitos de seus costumes tradicionais que os distinguiam dos demais povos, continuam reconhecendo a existência de uma mesma identidade, formada pelos fatos vividos por seus antepassados e pela memória que guardam desses acontecimentos.

A manutenção de vínculos entre os Mura não importa apenas para reconhecerem a identidade que têm em comum com os fatos do passado, mas é também a busca de solidariedade para que possam se organizar socialmente e enfrentar as dificuldades impostas por sua situação atual.

A partir da elaboração, na aldeia do Taboca, da proposta de delimitação da Terra Indígena Rio Urubu, o mapa com os limites da área foi discutido em todas as demais aldeias e todos os índios concordaram com os limites propostos por reconhecerem que as áreas mais antigas e tradicionalmente ocupadas pelos Mura do rio Urubu estavam contempladas na proposta (Ver anexo 17). Os Mura, no entanto, demonstraram preocupação sobre como ficaria a situação de seus lotes familiares que foram comprados com suas pequenas economias e pelos quais pagam imposto rural à Prefeitura de Itacoatiara.

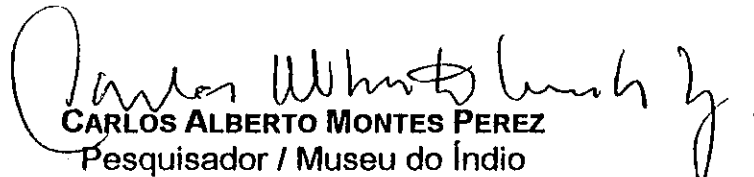
De acordo com suas indagações procurou-se demonstrar que a demarcação da Terra Indígena representa a definição de um novo conceito de terra. A terra deixa de ser um bem individual adquirido através do processo de compra e passa a ser reconhecida pelo Estado e pela sociedade como uma terra coletiva de forma a cumprir o preceito constitucional que assegura aos índios os direitos sobre as terras tradicionalmente ocupadas.

Assim, concordaram que os terrenos onde cada família tem suas roças e benfeitorias, teriam que ser respeitados por todos e que a demarcação da Terra Indígena teria por finalidade proteger as áreas e os recursos indispensáveis à sua sobrevivência. Será também a garantia legal que terão para reconquistar áreas



tradicionalmente utilizadas, como os castanhaes existentes no igarapé das Pedras e que há muitos anos foram ocupados por posseiros que vivem nas imediações da Terra Indígena.

Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1997


CARLOS ALBERTO MONTES PEREZ
Pesquisador / Museu do Índio
Coordenador GT 389/96

FONTES ARQUIVÍSTICAS

ARQUIVO NACIONAL

Comissão de Inquérito na Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios do Amazonas e Território do Acre, 1931, 5 volumes.

Fundo Tribunal Especial - Procuradoria

Processo 640 - caixas 2919 e 2920

BIBLIOTECA NACIONAL - Seção de Manuscritos

Diário da navegação do rio Urubu elaborado por Ignacio de Moraes Bitancourt. Catálogo de Exposição da História do Brasil, RJ, 1871. v.1, p.176, nº 1811.

MUSEU DO ÍNDIO

SPI. Relatório de Inspeção aos aldeamentos localizados na zona do Autaz, elaborado por Domingos Theophilo de Carvalho Leal, em 9/12/1912 (Serviço de Arquivos do Museu do Índio - Fundo SPI - Microfilme 31).

SPI. Ofício nº 588 do Inspetor Bento Pereira de Lemos, ao Interventor Federal no Estado do Amazonas, em 1/07/1925 (Serviço de Arquivos do Museu do Índio - Fundo SPI - Microfilme 31).

SPI. Relatório da comissão ao rio Preto, elaborado pelo auxiliar Joaquim Gondim de Albuquerque Lima, em 21/10/1925 (Serviço de Arquivos do Museu do Índio - Fundo SPI - Microfilme 379).

SPI. Relatório do encarregado do Posto Indígena Barbosa Rodrigues, Raimundo Pio de Carvalho Lima, em 25/06/... (Serviço de Arquivos do Museu do Índio - Fundo SPI - Microfilme 290).

Celia

BIBLIOGRAFIA

Adonias, Isa, 1963. *A Cartografia da Região Amazônica: Catálogo Descritivo (1500 - 1961)*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisa da Amazônia. 2v.

Araujo e Amazonas, Lourenço da Silva, 1852. *Diccionario Topographico, Histórico, Descriptivo da Comarca do Alto Amazonas*. Recife: Typografia Comercial Meira Rodrigues.

Amoroso, Marta Rosa, 1991. *Guerra Mura no Século XVIII : Versos e Versões - Representações dos Mura no imaginário Colonial*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas.

_____, 1992. "Corsários no caminho Fluvial. Os Mura do Rio Madeira". In: Carneiro da Cunha, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras / FAPESP.

_____, & Farage, Nádia, 1994. *Relatos da Fronteira Amazônica - o Século XVIII. Alexandre Rodrigues Ferreira - Henrique João Wilckens - NHII/USP FAPESP*.

Bates, Henry Walters, 1944. *O naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Barbosa Rodrigues, João, 1875, *A Exploração dos Rios Urubu e Jatapú*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

Carneiro da Cunha, Manuela, 1986. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/EDUSP.

Daniel, João, 1975[1757]. *Thesouro Descoberto no Rio Amazonas*. Anais da Biblioteca Nacional. 2v.

Faulhaber, Priscila, 1994. "Identidade Étnica Em Discussão" In: *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Coleção Eduardo Galvão / Museu Paraense Emilio Goeldi.

Gonçalves, Marco Antonio, 1995. *Um mundo inacabado: Cosmologia e Sociedade Pirahã (Povo da Amazonia Meridional - UFRJ/MN/PPGAS)*.

Hemming, John, 1987. *Amazon Frontier. The defeat of the Brazilian indians*. London: Macmillan.

Leite, Serafim, 1943. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. v. 3.

Moran, Emilio F., 1990 *A Ecologia humana das populações da Amazonia*. Petropolis: Vozes.

Moreira Neto, Carlos de Araujo, 1988. *Índios da Amazonia: da Maioria a Minoria 1750 - 1850*. Petrópolis: Vozes.

Notícias da voluntaria redução de paz e amizade da feroz nação do gentio Mura nos annos de 1784, 1785, 1786. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.* Rio de Janeiro, 36(1): 323-392, 1873.

Nimuendaju, Curt , 1948. "The Mura and Pirahã " Steward, Julies Haynes (ed.). *Handbook of South America Indians*. Washington, 3:255-268.

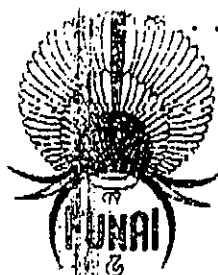
Ribeiro de Sampaio, F.X., 1985 [1825]. *Diario da Viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. Joze do Rio Negro fez o Ouvidor, e Intendente Geral da Mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno de 1774 e 1775*. Manaus, Associação Comercial do Amazonas.

Southey, Roberto, 1862. *História do Brazil* - Rio de Janeiro: Garcia. v.6

Proc. N. 601197
Fla. 32
Número: celia

ANEXO 1

Celia



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CC197
Fig. 33
Celia

Portaria nº 389 /PRES

Brasília, 31 de maio de 1996.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições, conferidas pelo art. 21, item VII do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 564, de 8 de junho de 1992, e de conformidade com o Decreto nº 1775, de 8 de janeiro de 1996,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Grupo Técnico para realizar estudos antropológicos de identificação ou de revisão de limites e complementares de delimitação das Terras Indígenas Mura: Paraná do Arauató; Paraná do Maquirá e Rio Urubu, composto por:

- 1) CARLOS ALBERTO MONTES PÉREZ, Antropólogo-Coordenador, lotado na FUNAI/Museu do Índio/RJ;
- 2) SEBASTIÃO CARLOS DA LETA, Engenheiro Agrônomo, lotado na FUNAI/ADR-
Manaus/AM;
- 3) JÂNIO QUEIROZ DE OLIVEIRA, Engenheiro Agrônomo, lotado na FUNAI/ADR-
Manaus/AM;
- 4) AMISTERDAM ANUNCIATO DA COSTA, Engenheiro Florestal, lotado na FUNAI/
ADR-Cuiabá/MT;
- 5) EDSON SILVA ARAÚJO, Técnico Agrícola, lotado no IFAM/AM.

Art. 2º Determinar o deslocamento dos Técnicos às Terras Indígenas Mura, localizadas no Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.

Art. 3º Determinar que o antropólogo coordenador e o ambientalista desloquem à sede da FUNAI, em Brasília, em datas a serem acertadas, antes da entrega do(s) relatório(s) para avaliações e discussões sobre o(s) mesmo(s).

Art. 4º Determinar o prazo de três dias para o deslocamento à sede da FUNAI e 47 dias para a execução dos trabalhos de campo, a contar de 10 de junho de 1996, e de quarenta dias para a entrega do(s) relatório(s), a contar do término dos trabalhos de campo. O início dos estudos e levantamentos complementares de delimitação deverão ocorrer após iniciados os estudos antropológicos de identificação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Julio Marcos Germany Gaiger
JULIO MARCOS GERMANY GAIGER

[Handwritten signature]

Proc. N. 00147
Fol. 34
Celia

ANEXO 2

[Handwritten signature]

ANEXO 3

AMP.



ESTADO DO AMAZONAS
 SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA
 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

O Sr. PAULO DE GRANA MARINHO,
 Chefe de Polícia do Estado do A-
 mazonas, por nomeação legal, usan-
 do de suas atribuições, etc.

R E S O L V E:

NOMEAR o cidadão ELPÍDIO MARQUES DE SANTA-
NA, para exercer o cargo de Inspetor Subdistrital de Polícia,
 com função de Subdelegado, do lugar denominado Rio Urubu, mu-
 nicípio de Itacoatiara, ficando exonerado o atual.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Chefe de Polícia do Estado do
 Amazonas, em Manaus, 12 de setembro de 1953.

Paulo de Grana Marinho
 (Paulo de Grana Marinho)

J/R.

Registrado a fls. 61 do livro competente
 da Secretaria de Polícia em
 Manaus, em 12 de setembro de 1953.

João Paulo de Grana Marinho
 T O C O N C L U S O D O S E R V I C O

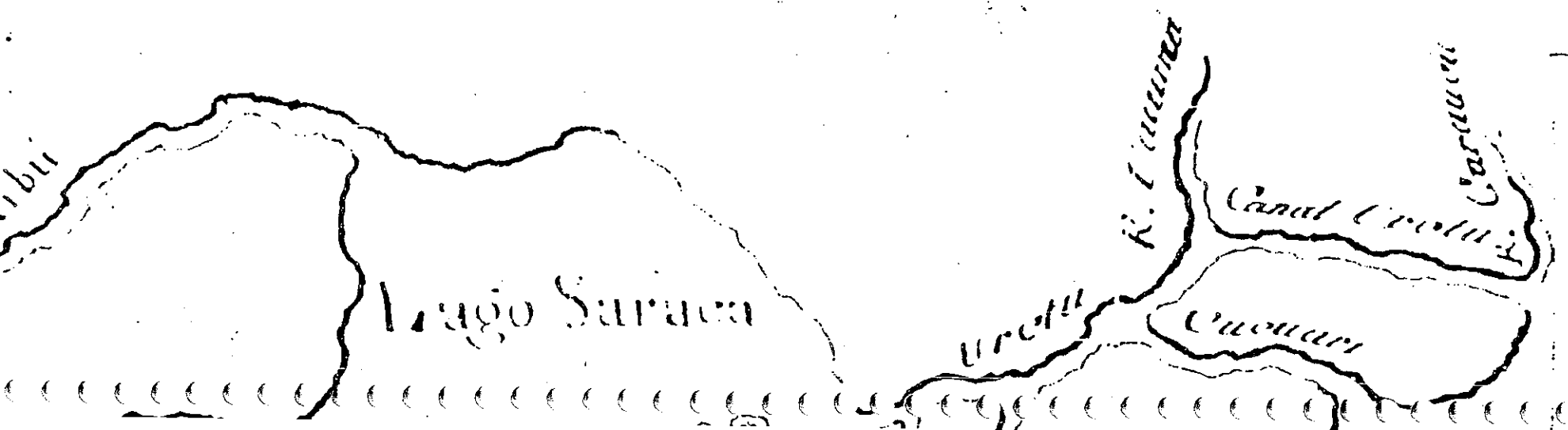
40242
 93
ecb

RECIBO
Folio 39
Publica *Alta*

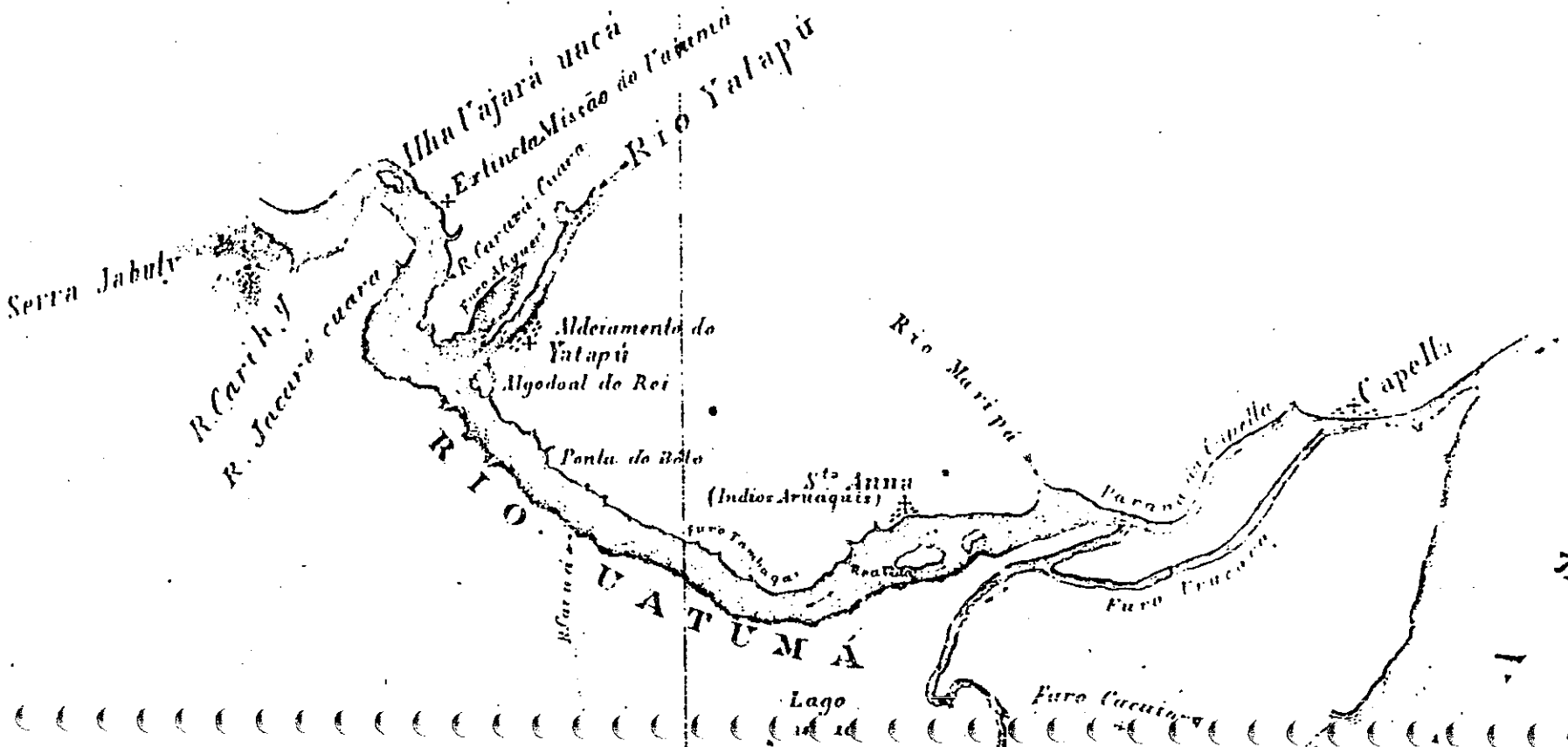
ANEXO 4

[Handwritten signature]

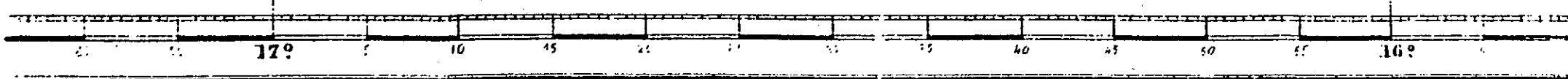
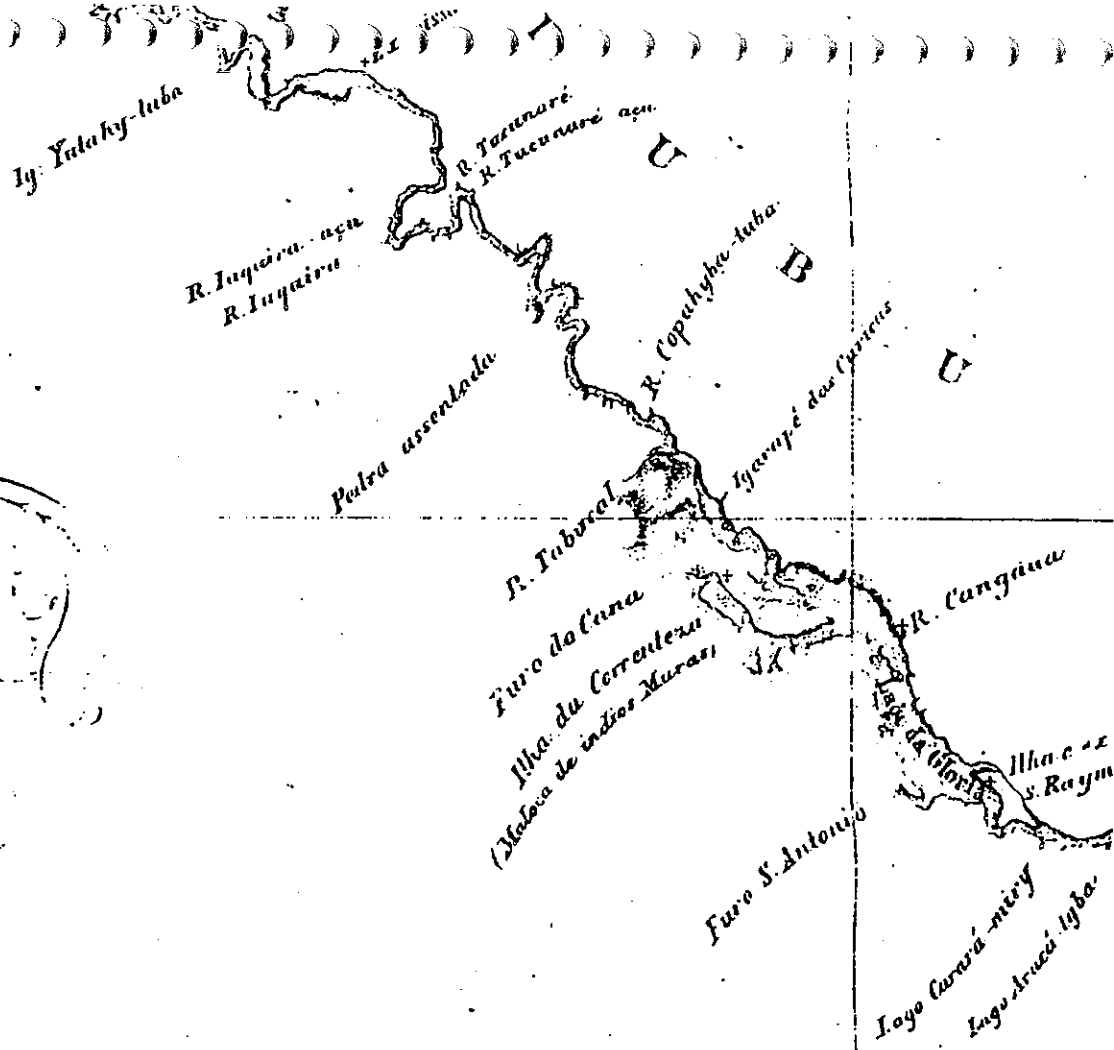
A. S. dos Amarelos, para com a expedição de ...
 ... nelle indicadas, porção das Provas dos ...
 ... de parte dos Srs Amarelos, Materni, Carraucis, e ...
 ... e ... nas referidas e ... do Estado do Rio ...
 ... estabelecida, por ordem do Sr. ...
 ... Sr. Pereira Caldas; Condições pelo ...
 ... com exercício de Engenheiro Theodoro ...
 ... de Chermont, com a de hum ...
 ... de ... e ...
 ... de ...
 ... de ...
 ... de ...
 ... de ...



15°



PLANTA
 DO
RIO URUBU
 levantada por
J. BARBOSA RODRIGUES
 Em Comissão do Governo Imperial
1875



Ilha e Vapor de P. Robin R. da Assembla 44

Amo.

